

TRAUMA E CULPA NA ADAPTAÇÃO CINEMATOGRAFICA DO ROMANCE *GEBÜRTIG* DE ROBERT SCHINDEL

Anabela Valente Simões
Universidade de Aveiro, ESTGA | CLLC

O passado nacional-socialista é um momento incontornável da história e da narrativa nacional alemã e memória que se tem procurado recuperar e preservar, através de diversos meios e de múltiplas formas, como por exemplo no campo da ficção narrativa, nomeadamente através da literatura e do cinema. Com particular fulgor a partir do final da década de 1980, assistiu-se ao continuado aparecimento de textos de cariz autobiográfico de autores sobreviventes e, por outro lado, temos vindo a testemunhar o emergir de uma geração de autores que, não tendo vivido os anos da ditadura nacional-socialista, têm dedicado os seus textos a motivos relacionados com o mesmo acontecimento histórico. Com efeito, há toda uma geração de escritores de expressão alemã que partilha um dado biográfico importante: a geração que os antecedeu sobreviveu ao regime nazi durante os doze anos que logrou manter-se no poder. Esta nova vaga de autores, representada por nomes como Katja Behrens (1942), Ruth Beckermann (1943), Robert Schindel (1944), Elfriede Jelinek (1946), Viola Roggenkamp (1948), Barbara Honigmann (1949), Esther Dischereit (1952), Robert Menasse (1954) e Doron Rabinovici (1961), entre outros, tem vindo de forma prolífica a apresentar a sua perspetiva e interpretação desse evento histórico singular.

Aleida Assmann, na obra *Generationsidentitäten und Vorurteilsstrukturen in der neuen deutschen Erinnerungsliteratur*, apresenta um importante contributo para a discussão em torno das especificidades desta geração nascida após o final da guerra. Partindo de uma reflexão mais genérica sobre o conceito de “geração”, ideia à qual subjaz a inevitável lógica de substituição que rege o mundo orgânico e económico – isto é, os elementos mais novos tomam o lugar dos mais velhos, que estão mais próximos da morte ou da desvalorização –, a autora sublinha o facto de que esta lógica, quando nos referimos ao contexto familiar e social, deve ser interpretada de uma outra forma (Assmann, 2006a: 18). Ao contrário dos microrganismos ou dos objetos comercializáveis, as relações familiares e sociais não são substituídas de forma automática, mas sim progressiva; posto de outro modo, através das ideias de “prolongamento da existência” e “retardamento do final”, o Homem vive num

universo presidido por sobreposições que o historiador Wilhelm Pinder, citado por Assmann (2006a: 19), descreve da seguinte forma:

Todo o sujeito vive com indivíduos da sua idade e com indivíduos de idades diferentes da sua em uma infinidade de possibilidades simultâneas. Para cada um o mesmo tempo é também um tempo diferente, isto é, um tempo diferente do seu próprio tempo, o qual ele partilha apenas com seus pares¹.

Posto de outro modo, em sociedade o nascimento de um indivíduo não implica a substituição de outro, mas sim, a sobreposição de vivências, a partilha de experiências. Contudo, e não obstante esta partilha, as diferentes gerações tendem a criar um limite em torno de si próprias, impõem características específicas e assumem mundividências que as demarcam das restantes. Cada geração forma-se essencialmente através de uma ideia de fricção e demarcação recíprocas, isto é, cada um dos grupos compreende-se e tematiza-se sempre a partir do princípio básico de que é diferente da geração que lhe antecedeu (Assmann, 2006a: 18). Este princípio, motivado por uma necessidade inata de distinção, é o motor para a busca de um perfil, de uma identidade geracional.

Todavia, a identidade de um sujeito não é unicamente alicerçada sobre as suas vivências ou sobre o modo como apreende o mundo que o rodeia. A forma como determinados acontecimentos históricos se transformam em memórias desempenha igualmente um papel fundamental no processo da sua formação identitária. Observando-se como elemento pleno de um determinado grupo – por exemplo, a família ou a comunidade a que pertence – o indivíduo interessa-se não apenas por aquilo que viveu e experimentou, mas também pelo percurso histórico do contexto onde é ator social. Esta conceção da identidade, que se descentraliza do indivíduo e que coloca a tónica dominante num vetor mais social, pode ser ilustrada através do seguinte pensamento de Nietzsche que, considerando que cada indivíduo será o resultado dos erros e crimes da geração que lhe antecedeu, abre caminho para a discussão em torno da geração objeto da presente reflexão:

Uma vez que somos o resultado dos homens e das mulheres que nos antecederam, somos também o resultado das suas depravações, paixões e erros e também crimes; não é possível libertarmo-nos completamente desta corrente. Quando condenamos essas depravações e nos afastamos de qualquer responsabilidade, não afastamos a circunstância de que originamos de facto deles². (*apud* Assmann, 2006a: 23-24.)

¹ [“Jeder lebt mit Gleichaltrigen und Verschiedenaltrigen in einer Fülle gleichzeitiger Möglichkeiten. Für jeden ist die gleiche Zeit eine andere Zeit, nämlich ein anders Zeitalter seiner Selbst, das er nur mit Gleichaltrigen teilt.”]

² [“Da wir nun einmal die Resultate früher Geschlechter sind, sind wir auch die Resultate ihrer Verirrungen, Leidenschaften und Irrtümer, ja Verbrechen; es ist nicht möglich, sich ganz von dieser Kette zu lösen. Wenn wir jene Verirrungen verurteilen und uns ihrer für enthoben erachten, so ist die Tatsache nicht beseitigt, dass wir aus ihnen herkommen.”]

A afirmação de que a formação identitária do indivíduo tem o seu início mesmo antes da sua própria existência aponta para um determinismo que adquire particular importância quando circunscrevemos a nossa observação à geração dos indivíduos que nasceu no pós-1945, cuja vivência Aleida Assmann (2006a: 39) descreve da seguinte forma: “Vivemos na sombra de um passado, que continua a influenciar o presente de diferentes formas e que continua a assombrar as gerações mais jovens com dissonância emocional e dilema moral³”. Com efeito, esta imagem de uma vivência sob a sombra do passado, presente em inúmeras reflexões sobre a problemática dos efeitos transgeracionais do passado nacional-socialista, pauta o discurso literário do pós-guerra, cujos textos abarcam uma fusão entre os universos histórico, social e familiar. Os autores das gerações pós-Shoah narram, assim, a história e a memória coletiva da comunidade onde atuam através da verbalização das suas histórias familiares, articulando a sua perspetivação interna, fundada no restrito universo familiar, com uma perspetivação externa assente na reflexão e análise proporcionadas pelo distanciamento temporal em relação aos acontecimentos.

Falar de uma geração de autores que dedica os seus textos a um acontecimento central do passado histórico, impõe uma referência à questão da memória e exige uma reflexão sobre a forma como o passado pode influir na constituição da identidade. Com efeito, especialmente no decorrer das duas últimas décadas um crescente número de investigadores de diferentes áreas tem vindo a desenvolver variadas teorias que descrevem e explicam como a identidade do sujeito é formada. As diferentes interpretações e variações registadas ao longo dos anos comprovam que se trata de um conceito complexo, que não permite uma definição simples e rápida. Pese embora estas constrições, podemos muito sucintamente afirmar que a definição da identidade de um sujeito assenta em três aspetos essenciais: assim, e de molde a poder constituir a sua identidade, cada sujeito tem de ser dotado da capacidade de auto-representação (no sentido da auto-percepção, da consciência que tem de si próprio, da perceção que o sujeito tem sobre si mesmo perante o meio envolvente); tem de atuar num determinado contexto social e cultural (é aqui que assume a função de ator social; é aqui que desenvolve um sentimento de pertença); por fim, tem de estabelecer interações sociais (é sempre na presença do *outro* que a identidade de cada indivíduo se forma e se transforma). Nesta ordem de ideias, a identidade individual de cada sujeito caracteriza-se por ser uma estrutura complexa, integrada e coerente do Eu, que se elabora em interação com os outros no seio de um contexto, de um espaço social e cultural particular.

³ [“Wir leben im Schatten einer Vergangenheit, die in vielfältiger Form in die Gegenwart weiter hineinwirkt und die Nachgeborenen mit emotionaler Dissonanz und moralischem Dilemma heimsucht”]

O conceito de identidade aponta igualmente para a noção de “ser idêntico” a alguém, isto é, partilhar com o *outro* um conjunto de características. A língua, a história, costumes ou tradições comuns a um grupo específico, ou, num âmbito mais alargado, a uma nação, assumem-se, então, como elementos culturais partilhados e, por isso, traços distintivos de uma identidade coletiva. Contudo, no mundo atual – marcado por processos de globalização ou mundialização que tornam as fronteiras culturais de cada grupo permeáveis a um grande conjunto de influências – a noção de identidade tem que se ajustar a uma nova realidade que se encontra em constante evolução e mutação. O sujeito pós-moderno é, assim, um ator social que, ao passar ao longo da sua vida por diversas evoluções, metamorfoses e identificações, não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. Este sujeito integra múltiplas identidades, algumas contraditórias, formadas e transformadas de modo continuado à medida que o sujeito atua nos diferentes sistemas culturais que o rodeiam. No contexto da Pós-Modernidade “identidade” é, em suma, é um conceito plural, na medida em que o sujeito atua simultaneamente em múltiplas constelações identitárias; é um conceito dinâmico, i.e. está em constante transformação; é um conceito discursivo, pois constitui-se no processo de comunicação, de interação social (Ramalho e Ribeiro, 2001: 416).

Em articulação com todos estes aspetos, a nossa memória, a nossa memória histórica ou coletiva, detém de idêntico modo uma função nuclear no que concerne à formação da identidade. Na verdade, a questão da memória e a forma como se relaciona com o passado é um dos tópicos centrais da reflexão contemporânea. A memória permite que cada indivíduo narre a sua própria história, permite que o sujeito, ao relacionar os vários episódios ou estádios pelos quais passou, atinja um estágio de auto-compreensão. Esta construção organizada dos momentos vividos permite que o sujeito alcance um sentido de continuidade e coerência, tão importantes no processo de formação identitária. Mas, tal como já foi mencionado, não são apenas os eventos vivenciados que contribuem para a formação identitária do sujeito; acontecimentos ou factos ocorridos antes do seu nascimento podem integrar de idêntico modo a identidade de um indivíduo. Na verdade, a geração pós-Shoah não foi exposta nem violência genocida nazi, nem testemunhou os crimes cometidos. Todavia, devido à singularidade desta pesada herança histórica e à amplitude transgeracional que lhe é inerente, o Holocausto tornou-se num marco que, inevitavelmente, tem integrado o perfil identitário deste grupo.

De facto as gerações pós-Holocausto não possuem uma memória real deste acontecimento histórico, possuem, ao invés, uma espécie de memória secundária, uma memória intermediada que, indiretamente, também lhe pertence. Os processos de transmissão

desta memória, descritos com minúcia na obra de Jan e Aleida Assmann, obedecem a duas tipologias de memória que podem ocorrer de forma concomitante ou não. Assim, os acontecimentos do passado podem ser transmitidos às novas gerações quer através dos mecanismos da “memória comunicativa” (quando o conhecimento desses mesmos eventos é transmitido de forma intergeracional sempre que os membros mais velhos do grupo narram aquilo que testemunharam ou viveram), quer através dos pressupostos da “memória cultural”, isto é, quando os acontecimentos são apreendidos com base em meios simbólicos. São meios simbólicos as representações materiais, inscritas em livros, filmes, fotografias ou imagens, e as práticas simbólicas, perpetuadas a partir de um conjunto de tradições, comemorações ou rituais celebrados no seio de cada comunidade (Assmann, 1992: 50-52; Assmann, 2006b: 51-58).

Referindo-se em concreto à geração de artistas pós-Holocausto, James E. Young considera que esta é uma geração que tem construído uma imagem do passado essencialmente a partir de uma “história recebida”, isto é, a sua experiência do Holocausto advém dos meios simbólicos referidos por Assmann. Trata-se de uma experiência mediada, de uma pós-vida da memória que se deixa representar por pós-imagens da história, uma memória que, muito depois de o acontecimento central ter ocorrido, permite a produção de imagens claras, poderosas e detalhadas:

[Their] experience of the past is photographs, films, books, testimonies... a mediated experience, the afterlife of memory represented in history's after-images: the impressions retained in the mind's eye of a vivid sensation long after the original, external cause has been removed (Young, 2000: 3-4).

Esta ideia do que vem depois, do que se segue na ordem dos tempos transmitida pelo prefixo “pós”, conduz-nos à categoria de memória que Marianne Hirsch cunhou de “pós-memória”. A pós-memória, conceito que descreve a relação das gerações pós-Holocausto com experiências traumáticas não vivenciadas pelos próprios, é uma forma muito particular de memória, uma vez que a ligação do sujeito ao objeto é mediada por terceiros, isto é, a narração não é elaborada com base na rememoração de eventos vividos pelo próprio, assentando, ao invés, num investimento imaginativo e na criação. A pós-memória caracteriza, assim, a experiência daqueles que cresceram dominados por narrações de factos anteriores ao seu nascimento e cujas histórias são, no fundo, as histórias de indivíduos da geração anterior, para quem os acontecimentos traumáticos foram inexoravelmente marcantes (Hirsch, 1997: 22).

Como já foi referido, é considerável o conjunto de autores que nas suas encenações literárias e artísticas exploram as suas pós-memórias deste acontecimento absolutamente

singular, perçecionado por muitos como o evento central do século XX. Propõem-se de seguida um olhar sobre duas obras criadas por um destes autores, o austríaco de origem judaica Robert Schindel⁴.

Para compreendermos a especificidade dos textos de Schindel é necessário, antes de tudo, examinar duas questões fundamentais: por um lado, perceber a importância do Holocausto na auto-perceção judaica e, por outro lado, conhecer os contornos específicos da *Vergangenheitsbewältigung* austríaca, isto é, a forma como a nação se confrontou e lidou com o passado nazi.

O Holocausto, mais do que qualquer outro fator histórico ou cultural, parece ser o elemento central constitutivo da identidade judaica do pós-guerra. Na realidade, e de acordo com Matti Bunzl (2000: 156), “o Holocausto tornou-se o aspeto central da auto-perceção judaica”, e não só os israelitas de confissão religiosa judaica, como também muitos dos elementos da diáspora continuam a rever-se no sofrimento das vítimas do Holocausto e a levar a cabo todo um trabalho de preservação da memória em nome dos que morreram. Tem sido assim na Alemanha e também nos Estados Unidos, país onde o número de judeus é bastante expressivo. A diáspora judaica sente-se parte integrante de uma “comunidade de vítimas” e assume o “culto da vítima” como um elemento unificador à escala global. Os judeus radicados nos Estados Unidos partilham, ainda, uma noção de ligação afetiva e fantasiada ao *Old Country*, à Europa de Leste, de onde partiram muito antes da chegada dos nacional-socialistas ao poder (*Idem*: 156). A realidade austríaca, todavia, possui características específicas que conduziram a uma construção identitária judaica diferenciada das demais.

Após o final da guerra, a culpa e a responsabilidade da Alemanha pela morte de onze milhões de seres humanos foram reveladas e assumidas. Os culpados foram julgados e condenados e as vítimas foram indemnizadas. Porém, o processo de reconhecimento da

⁴ Robert Schindel nasceu a 4 de Abril de 1944 em Bad Hall (Áustria) no seio de uma família de militância comunista. Em colaboração com o KPÖ (Partido Comunista Austríaco), os pais de Schindel adotaram uma identidade falsa e, disfarçados de trabalhadores imigrantes da Alsácia, organizaram, em Linz, um grupo de resistência. Após a detenção dos pais, Schindel (com o nome falso Robert Soel) foi levado para um lar tutelado pelo regime nacional-socialista na condição de órfão de pais associais e de origem desconhecida. O pai morreu em Dachau em 1945 e a mãe conseguiu, no mesmo ano, regressar a Viena e aí reencontrar-se com o filho. À exceção da mãe e filho, toda a família foi assassinada nos campos de concentração nazis. Em 1968 Schindel iniciou o curso de Filosofia e Pedagogia, momento em que também participou em grupos maoistas. Fundou o movimento estudantil “Kommune Wien” e a revista *Hundsblume*, onde publicou os seus primeiros textos líricos. A sua vasta obra literária, que conta com a publicação de romances, ensaios e poesia, tem sido reconhecida através da atribuição de vários prémios. Atualmente é docente universitário no *Institut für Sprachkunst* na *Universität für Angewandte Kunst*, em Viena. (Cf. página oficial do autor: http://www.schindel.at/med_bio.htm)

participação e colaboração voluntária e oficial da Áustria com o regime nacional-socialista ocorreu muito mais tarde, apenas no final dos anos oitenta, momento em que aquela que é conhecida como a *Lebenslüge* [“enorme mentira”] foi desvelada (Bunzl, 2000: 159). Até esse momento, a Áustria assumiu o papel de “primeira vítima”⁵ do agressor alemão e construiu uma identidade coletiva baseada numa ideia de vitimização. A este respeito, James E. Young e Heidemarie Uhl afirmam o seguinte:

Unlike Germany’s near obsession with its Nazi past, Austria’s relationship to its wartime history has remained decorously submerged, politely out of sight. Indeed, the post war identity of Austria had been based upon the self-serving myth that the country was Hitler’s first victim. (Young, 1999: 7)

Austrians refused to accept the fact that following the *Anschluss* in March 1938, Austria became an integral part of Nazi Germany and that Austrians willingly, and often enthusiastically, participated in the execution of the Nazi regime’s murderous policies. (Uhl, 2009: 61)

Em suma, e parafraseando o historiador Günter Bischof (*apud* Knight, 2001:130), os pais fundadores da Segunda República Austríaca “inventaram” uma outra versão da história.

Ao assumir-se durante décadas como a primeira vítima do regime nacional-socialista, a Áustria não permitiu que a questão da guerra e do genocídio fossem tratados como um acontecimento especificamente judeu. Assim, e perante a recusa sistemática por parte do Estado austríaco em assumir responsabilidades pela coautoria dos crimes praticados, a comunidade judaica viu-lhe negado o estatuto de vítima, o que inviabilizou o “culto da vítima” vivenciado entre outras comunidades judaicas e condição que possibilitou uma redefinição afirmativa do sujeito enquanto elemento de um coletivo judaico.

O reconhecimento político, jurídico e público dos judeus austríacos enquanto vítimas do regime nazi viria somente a acontecer cerca de quatro décadas após o final da Guerra e das primeiras ações judiciais levantadas na Alemanha contra os criminosos nazis. Esta mudança da auto-perceção histórica teve um duplo efeito: por um lado, a imagem consolidada da vítima que os austríacos possuíam de si próprios foi substituída pela imagem do agressor – um agressor que durante largas décadas escondeu a coautoria e participação na violência infligida às vítimas do regime nazi –, por outro lado, os judeus austríacos tiveram, por fim, direito ao seu papel de vítima *única* e à oportunidade de se definirem afirmativamente como parte de um todo global de vítimas judaicas.

⁵ Na verdade, este estatuto encontra-se formalmente definido na Declaração de Moscovo, assinada a 1 de novembro de 1943, documento que considera a Áustria, anexada ao *Reich* em 1938, o primeiro país livre a ser atingido pela política hegemónica de Adolf Hitler.

A década de 1980 representou, com efeito, um momento de viragem. Após aquele que ficou conhecido como o “caso Waldheim”⁶ e depois da revelação de nomes de criminosos nazis (alguns membros do Governo) por Simon Wiesenthal, a Áustria viu-se obrigada a “limpar a sua imagem”. Assim, e para além do pagamento de indemnizações aos sobreviventes, o Estado austríaco financiou também a construção de alguns centros judaicos (Adunka, 1997: 221). Este cenário mais positivo foi, porém, ensombrado pelas eleições de 2 de Outubro de 1999, das quais o *Österreichische Volkspartei* (ÖVP) de Wolfgang Schüssel saiu vencedor. Ao formar uma coligação com o *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPÖ) de Jörg Haider – filho de um antigo oficial das SS e assumido defensor de ideias de extrema-direita – Schüssel transmitiu a mensagem de que a Áustria não havia aprendido com os erros do passado e que, apesar do Holocausto, era (ainda) possível exortar ideias racistas e antisemíticas na arena política austríaca⁷.

Todos estes acontecimentos favoreceram o renascimento do intervencionismo intelectual e político da comunidade judaica austríaca. Inicialmente através de ensaios jornalísticos e artigos de opinião e mais tarde através do discurso literário, um grupo de jovens intelectuais foram chamados a comentar tanto a eleição polémica de Waldheim, como os discursos populistas e antissemitas de Haider. E Robert Schindel, cuja obra *Gebürtig* examinaremos de seguida, é um dos nomes mais importantes nesse processo de confrontação com o passado.

O romance *Gebürtig* [“nascido”, “nativo”] teve a sua primeira edição em 1992 e uma década mais tarde, pelas mãos do realizador Lukas Stepanik e do próprio Robert Schindel, foi adaptado ao cinema. Localizada em Viena, na década de 1980, a ação do romance gira em torno do judeu de segunda geração e artista de cabaret Danny Demant e explora a questão do complexo e difícil relacionamento entre indivíduos de origem judaica e não-judaica que nasceram no pós-1945. O peso de um passado singular e a forma como as autoridades austríacas lidaram com a coparticipação do país no regime nazi parecem ter edificado uma “parede de vidro” (Schindel, 1992: 12) que separa os judeus dos não-judeus, não obstante

⁶ Em 1986, Kurt Waldheim foi eleito Presidente da Áustria, funções que exerceria até 1991. Esta eleição gerou enorme controvérsia, pois veio a lume o facto de Waldheim ter exercido funções como oficial na *Schutzstaffel* durante três anos. Este confronto com o passado do Presidente e a defesa de que ele “apenas cumprira o seu dever”, levou ao reequacionar da participação austríaca no regime nacional-socialista e ao reconhecimento da coautoria nos crimes perpetrados. (Waldheim viria a morrer em Junho de 2007, na capital austríaca, sem nunca ter sido formalmente acusado pelas ações que cometeu no passado.)

⁷ Depois desta decisão política, o chanceler Wolfgang Schüssel foi alvo de múltiplas manifestações populares e viu ainda a Áustria ser sujeita a uma série de sanções impostas pelos restantes membros da União Europeia. Nas eleições seguintes, em Novembro de 2002, Schüssel foi reeleito e a coligação foi renovada, mas desta feita sem Haider, que deixara a liderança do partido em 2000.

ambos os grupos partilharem o mesmo país de origem. Estes sujeitos parecem ser portadores de diferentes *Gebürtigkeiten*, isto é, origens que se opõem, que assentam numa sempre latente e inevitável conflituosidade. As suas identidades parecem ocupar polos opostos, sobressaindo uma absoluta incapacidade de conciliação porque é impossível ultrapassar o passado – paradoxalmente, um passado que na verdade não viveram⁸.

Tal como no romance, os personagens da adaptação cinematográfica também vivem uma existência marcada por um passado que os sufoca. Contudo, há também diferenças significativas que vale a pena analisar, nomeadamente no que concerne ao tempo, à estrutura narrativa e ao lugar ocupado por alguns personagens que, na trajetória da literatura para o cinema, foram sujeitos a um processo de refiguração que nos permite novas leituras e interpretações.

Em primeiro lugar, a questão do tempo. Enquanto no romance a ação tem o seu início no ano de 1983, no filme a trama é situada no ano de 1987, ano da eleição do presidente Waldheim e acontecimento que, pelos motivos anteriormente referidos, teve um impacto extramente negativo na imagem externa da Áustria.

Em segundo lugar, a técnica narrativa. O efeito de dupla ficcionalização é um dos aspetos cruciais do romance, isto é, *Gebürtig* guia o leitor através de uma outra narrativa independente, que surge sob a forma de um manuscrito escrito pelo personagem Emmanuel Katz, um escritor judeu de segunda geração. Na adaptação cinematográfica este efeito de *mis-en-abime* é abandonado e ambas as ações se desenvolvem paralelamente e até se entrecruzam.

Por fim, o número de personagens e o seu posicionamento na narrativa também sofrem algumas alterações significativas. Na adaptação fílmica, a figura de Sasha Graffito, irmão gémeo de Demant e Eu-narrador do romance, é suprimida. Demant passa a assumir um papel dual: é personagem que participa na evolução dos acontecimentos e, em simultâneo, é também aquele que fora do campo visual, em voz *off*, contextualiza, conduz os eventos e traduz reflexões interiores dos personagens.

Por um lado, Demant introduz a história de Hermann Gibirtig e de Susanne Ressel, figura com quem havia mantido um relacionamento no passado. Os eventos precipitam-se quando o pai de Susanne, Karl Ressel, que havia sobrevivido como prisioneiro político comunista no campo de concentração de Ebensee, reencontra e reconhece Rudolf Pointer, um antigo e particularmente violento guarda do campo. Após este reencontro, Ressel sucumbe a um ataque cardíaco e a filha, vendo-se confrontada com a dimensão e severidade do passado,

⁸ Para uma análise detalhada do romance veja-se, entre outros, Costazza, 2005: 375-394; Eichenberg, 2004: 252-275; Schruoff, 2000: 127-133; Simões, 2009: 334-342.

decide travar uma luta para levar Pointer a tribunal e acusá-lo de crimes de guerra. Com este fito em mente, procura o apoio de Gibirtig, um dos poucos sobreviventes ainda vivos que poderia testemunhar contra Pointer. Mas Gibirtig, homem que após a guerra conseguira estabelecer-se em Nova Iorque e tornar-se num compositor bem-sucedido, decidira há muito voltar costas a Viena, convencido de que afastando-se do local que considera uma *Schlangengrube* [“ninho de víboras”], conseguiria esquecer e ultrapassar o seu passado traumático. Por fim, Susanne consegue persuadi-lo a regressar e a testemunhar, mas o tribunal acabaria por ilibar Pointer por falta de provas, circunstância que aumentaria ainda mais a frustração de Gibirtig em relação às autoridades austríacas⁹.

Por outro lado, Demant conduz a história da outra figura-chave do romance. Após ser contratado por uma empresa cinematográfica norte-americana para representar o papel de um judeu vienense em Auschwitz, Demant conhece Konrad Sachs, um jornalista alemão que havia passado toda a sua existência omitindo aos outros e a si próprio o facto de ser filho de um médico que havia colaborado com o regime¹⁰. Porém, aquela visita a Auschwitz desperta fantasmas antigos e o passado regressa para o assombrar. Apesar de há muito “ter decidido não ter pai, nunca ter tido um pai e manter as suas origens ocultas” (Schindel, 1992: 55), torna-se evidente que esta figura trava uma luta interior para se relacionar com indivíduos de origem judaica, para lidar com o passado e com o peso de ser o repositório de uma herança tão obscura.

É impactante a forma como Konrad Sachs é retratado e, na minha perspetiva, esta é a figura mais interessante do filme, que ganha força na adaptação cinematográfica, na medida em que os traumas dos filhos dos perpetradores, frequentemente tratados como um tabu, são aqui representantes de forma basta intensa. A representação do seu trauma e do seu sentimento de culpa – através de alucinações, pesadelos e mal-estar ou desconforto extremo

⁹ No romance, esta trama diz respeito ao texto interno, o manuscrito escrito pelo autor judaico Emmanuel Katz.

¹⁰ A figura de “Konrad Sachs” foi inspirada na vida de Niklas Frank, jornalista e escritor e também amigo pessoal de Robert Schindel (Göllner, 2004: 1/ Costazza, 2005: 384). As simetrias entre Frank e a figura de “Sachs” são de facto várias: Niklas Frank nasceu em Munique em 1939 e passou os primeiros anos de vida em Cracóvia. É filho do nacional-socialista e *Generalgouverneur* da Polónia (1939-1945) Hans Frank. O oficial nazi, também conhecido como o “Schlächter von Polen” [“carneiro da Polónia”], foi condenado à morte em 1946 no Processo de Nuremberga quando o filho tinha sete anos de idade. Ambos são escritores que, para vencer o trauma, buscam na escrita a libertação de um espectro que os persegue.

Niklas Frank é considerado por muitos um exemplo atípico de um indivíduo que revelou uma atitude oposta à de muitos da sua geração, na medida em que tomou para si a culpa dos crimes nazis. É na obra *Der Vater. Eine Abrechnung*, publicada em 1987, que Frank procede ao “ajuste de contas” com a sua história familiar. Devido ao carácter controverso da matéria versada em *Der Vater*, o texto de Niklas Frank não foi recebido de um modo pacífico. Na verdade, os leitores, de forma generalizada, reagiram com indignação e consideraram o autor um “conspurcador do ninho”, que traía a própria família e que trouxera a discussão em torno do passado nacional-socialista, que sempre se manteve num nível genericamente social, para a esfera familiar (Göllner, 2004: 2).

quando na presença de judeus¹¹ – são, na verdade, sintomas que correspondem ao sinalizado e registado em vários estudos realizados nas áreas da Psicologia e Psiquiatria, nos quais se observou que com frequência elevada os filhos dos perpetradores nazis desenvolveram traumas tão ou mais agudos do que aqueles desenvolvidos pelos filhos das vítimas¹². A centralidade desta figura encontra-se igualmente patente na imagem escolhida para o cartaz do filme, retirada de uma cena que em que Sachs tem um pesadelo: com a entrada principal de um campo de concentração como cenário de fundo, uma criança vestida com um uniforme nazi brinca nos mesmos carris onde chegam os vagões com novos prisioneiros. Por cima da sua cabeça passa uma nuvem negra de pássaros e a criança olha assustada e confusa.

A profundidade da crise identitária representada por esta figura conduz-nos ao sempre controverso argumento de que os filhos da geração nazi serão de forma legítima também vítimas do passado. Por um lado, a segunda geração judaica reclama esse atributo exclusivamente para si, porque presenciou o sofrimento e o doloroso processo de cura dos seus familiares, construindo a sua identidade sob a sombra de um passado fraturante que estilhaçou as vidas dos progenitores. Por outro lado, os filhos da geração nazi escrevem as suas narrativas pessoais num contexto com o mais longo processo de superação de um acontecimento anterior, um passado que os condenou à nascença a uma culpa moral e a inevitáveis pré-julgamentos por ações pelas quais não são responsáveis.

Analisando ambas as obras, o romance e a adaptação cinematográfica, parece que no final da década que as separa assistimos a uma tentativa de quebrar a inexorável “parede de vidro” que Schindel inicialmente afirmou existir. A declaração, no filme, de que ambos – Sachs, o filho de um criminoso, e Gibirtig, a vítima, – têm sentido pena de si próprios há já demasiado tempo, sugere a mensagem de que toda a segunda geração, independentemente da sua origem, é igualmente afetada pelo peso da história, uma história que tem tanto a separá-los como a uni-los. No fundo, e tal como afirma o historiador judaico Saul Friedländer (1987: 9-10), “both are helplessly interwoven and any re-elaboration of one memory directly impinges on the other. Ultimately, neither Jews nor Gentiles can relate their own memory without relating to the other’s as well”. Em entrevista, Schindel acabaria por assumir isto mesmo e reconhecer que os personagens do filme são, na sua essência, sujeitos cujas vidas têm tanto de diferente como de idêntico e que, por isso, abre as portas a uma “reconciliação cautelosa” (*apud* Schiefer, 2002). E tal mudança de atitude, tal evolução parece, assim,

¹¹ Veja-se, por exemplo, as seguintes sequências: Schindel e Stepanik, 2002: 7’20-7’55 e 30’50-31’24.

¹² Veja-se, por exemplo, Bar-on (2004); Brenner (2000); Coleman (1995); Hardtmann (1995).

corroborar a teoria que a identidade de cada um de nós é, de facto, uma narrativa inacabada e dinâmica, sempre em permanente transformação.

Referências

- ADUNKA, Evelyn (1997). “Die Wiener jüdische Gemeinde und der Antisemitismus nach 1945”, in: KEIL, Martha e Eleonore Lappin (Ed.), *Studien zur Geschichte der Juden in Österreich*. Bodenheim: Philo. 205-222.
- ASSMANN, Aleida (2006a). *Generationsidentitäten und Vorurteilstrukturen in der neuen deutschen Erinnerungsliteratur*. Wien: Picus Verlag.
- ASSMANN, Aleida (2006b). *Der lange Schatten der Vergangenheit. Erinnerungskultur und Geschichtspolitik*. München: C.H. Beck.
- Assmann, Jan (1992). *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. München: C.H. Beck.
- BAR-ON, Dan (2004). *Die Last des Schweigens. Gespräche mit Kindern von Nazi Tätern*. Frankfurt am Main: Campus Verlag.
- BERGMANN, Martin S. e Milton E. JUCOVY (eds) (1995). *Kinder der Opfer. Kinder der Täter. Psychoanalyse und Holocaust*. Frankfurt a.M.: S. Fischer.
- BRENNER, Michael (2000). “Epilog oder Neuanfang?“, in ROMBERG, O. R. e S. URBAN-FAHR (Eds). *Juden in Deutschland nach 1945*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung. 35-44.
- BUNZL, Matti (2000). “Die Wiener Jahrhundertwende und die Konstruktion jüdischer Identitäten in der Zweiten Republik” in HÖDL, Sabine e Eleonore LAPPIN. *Erinnerung als Gegenwart jüdische Gedenkkulturen*. Berlin: Philo. 149-172.
- COLEMAN, M. Donald (1995). “Kind von Verfolgern”, in BERGMANN, Martin S. e Milton E. JUCOVY (Eds). 217-238.
- COSTAZZA, Alessandro (2005). “La ‘memoria ereditaria’: la Shoah nel romanzo e nel film ‘Gebürtig’ di Robert Schindel”. *Rappresentare la Shoah, Quaderni di Acme* 75. Cisalpino: 379-398.
- EICHENBERG, Ariane (2004). *Zwischen Erfahrung und Erfindung. Jüdische Lebensentwürfe nach der Shoah*. Köln / Weimar / Wien: Böhlau Verlag.
- FRIEDLÄNDER, Saul (1987). “West Germany and the Burden of the Past: The Ongoing Debate”, *The Jerusalem Quarterly*, 42 (Spring): 9-10
- GÖLLNER, Renate (2004). “‘Brecht mit eurem Vater’. Bruch und Versöhnung in der postnazistischen Familie”. *Context*, XXI: 6-7.
- HARDTMANN, Gertrud (1995). “Die Schatten der Vergangenheit”, in BERGMANN, M. S. Milton E. JUCOVY (Eds). 239-261.
- HIRSCH, Marianne (1992). “Family Pictures: Maus, Mourning, and Post-Memory,” *Discourse* 15 (2). 3-29.
- (1997). *Family Frames: Photography, Narrative, and Postmemory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- (2008). "The Generation of Postmemory". *Poetics Today*, Porter Institute for Poetics and Semiotics, 29.1 (Spring): 103-128.
- KNIGHT, Robert (2001). "The Austrian State Treaty and beyond" in *Contemporary European History*, 10, 1: 123-142.
- MARTINS, Esmeraldina Dias (2003). *Identidade, memória e trauma. Um estudo sobre 'Suche nach M.', de Doron Rabinovici*. [Dissertação de mestrado]. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.
- RAMALHO, Maria Irene e António Sousa RIBEIRO (2001). "Identidade e nação na(s) poética(s) da modernidade: Os casos de Fernando Pessoa e Hugo von Hofmannsthal", in: RAMALHO, Maria Irene e António Sousa RIBEIRO (Orgs.), *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento. 411-435.
- SCHIEFER, K. (2002). „Gebirtig by Lukas Stepanik and Robert Schindel“, disponível em http://www.afc.at/jart/prj3/afc/main.jart?artikel_id=5231&content-id=1148999736995&rel=de&reserve-mode=active (consultado em 02/11/2013).
- SCHINDEL, Robert (1992). *Gebürtig*. Frankfurt am Main: Suhrkamp
- SCHINDEL, Robert e Lucas STEPANIK (2002). *Gebürtig*. Cult Film.
- SCHRUFF, Helene (2001). *Wechselwirkungen. Deutsch-jüdische Identität in erzählender Prosa der 'zweiten Generation'*. Hildesheim, Zürich, New York: Georg Olms Verlag.
- SIMÕES, Anabela Valente (2009). *O lugar da memória na obra de jovens autores de expressão alemã*. [Ph.D. diss.]. Universidade de Aveiro.
- UHL, Heidemarie (2009). "Conflicting Cultures of Memory in Europe: New Borders between East and West?". *Israel Journal of Foreign Affairs*, III, 3: 59-72.
- YOUNG, James. E. (1999). "Memory and Counter-Memory. The End of the Monument in Germany", *Harvard Design Magazine*, 9, Fall:1-9.

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre o complexo conceito de identidade e aponta para a importância dos diferentes tipos de memória no processo de formação identitária de um sujeito. Para este processo contribuem não apenas as memórias formadas a partir de experiências vivenciadas pelo indivíduo; as pós-memórias (Hirsch, 1992; 1997; 2008), isto é, as memórias de um passado não vivido, as narrativas intermediadas, recebidas de forma indireta quer através de mecanismos simbólicos, quer através das narrativas elaboradas pelos membros mais velhos do grupo social a que o sujeito pertence influenciam igualmente e de forma substantiva o desenho do mapa identitário de cada um.

Esta questão será aqui abordada no contexto específico das gerações austríacas e alemãs nascidas após a ditadura nacional-socialista. Com efeito, existe uma prolífica geração de escritores de expressão alemã que partilha um dado biográfico importante: a geração que os antecedeu sobreviveu ao regime nazi durante os doze anos que logrou manter-se no poder. Ao

longo das últimas duas décadas, são vários os autores de origem judaica que têm vindo a apresentar as suas perspetivas e interpretações desse evento histórico através das suas representações literárias. O passado nacional-socialista parece assumir-se como elemento fulcral da sua identidade e essa afirmação conduz-nos a uma reflexão sobre o complexo mecanismo de formação da identidade e desvela o argumento de que não serão apenas as memórias individuais aquelas que contribuem para o desenvolvimento do Eu; paralelamente, a memória histórica e social desempenha de igual modo um importante papel no processo de formação identitária do sujeito.

Palavras-chave: Áustria, identidade, (pós)memória, repercussões do Holocausto, *Vergangenheitsbewältigung*